

Anotações sobre o conceito de campo e os estudos em políticas educacionais

Fernando Cesar Sossai
Universidade da Região de Joinville, Brasil
fernandosossai@gmail.com

Resumo: O conceito de campo é assunto de recorrentes discussões entre os pesquisadores de políticas educacionais. Engrossando as fileiras desse debate, este texto consiste num ensaio que problematiza as diferentes acepções desse conceito em estudos educacionais de natureza diversa (teses, artigos, etc.). O escrito encontra-se estruturado em quatro partes. Na primeira, efetuamos uma análise sobre a historicidade do termo campo. Em seguida, procedemos ao exame de escritos de Pierre Bourdieu com a intenção de melhor compreender dois conceitos que consideramos capitais aos estudos de políticas educacionais (“campo intelectual” e “campo científico”). Na terceira, perscrutamos o conceito de campo expressado em publicações cujo foco é como e por que os estudos em políticas educacionais formam um “campo de alguma coisa” (de conhecimento, de estudos...). Nesse fazer, interrogamos os sentidos de campo registrados num conjunto de 34 textos coletados na Biblioteca Temática da ReLePe. No quarto item, finalizamos o artigo oferecendo algumas considerações aos estudiosos que futuramente desejarem utilizar o vocábulo campo nas suas investigações em políticas educacionais.

Palavras-chave: Campo. Política educacional. Educação.

Anotaciones sobre el concepto de campo y los estudios en políticas educativas

Resumen: El concepto de campo es un tema frecuente en los debates entre los investigadores de políticas educativas. Con la intención de profundizar más estos debates, este trabajo en forma de ensayo problematiza las diferentes acepciones de este concepto en estudios educativos de diversa naturaleza

Sossai, F. C. (2016). Anotações sobre o conceito de campo e os estudos em políticas educacionais, v. 1, n. 2, pp. 294-333.

Artigo recebido em: 04-05-2016
Artigo aceito em: 05-07-2016

(teses, artículos, etc.). El artículo se estructura en cuatro partes. En el primero, efectuamos un análisis sobre la historicidad del término campo. Luego, precedemos a examinar escritos de Pierre Bourdieu con la intención de comprender mejor dos conceptos que consideramos fundamentales a los estudios de políticas educativas (“campo intelectual” y “campo científico”). En el tercer punto, analizamos el concepto de campo presente en publicaciones cuyo foco es cómo y por qué los estudios de políticas educativas constituyen un “campo de alguna cosa” (de conocimiento, de estudios...). En esta reflexión, examinamos los sentidos del término campo en un conjunto de 34 textos de la Biblioteca Temática de la ReLePe. En el cuarto apartado, finalizamos el artículo con algunas consideraciones que van dirigidas a los estudiosos que en el futuro pretenden utilizar el vocablo campo en sus investigaciones de políticas educativas.

Palabras clave: Campo. Política educativa. Educación.

Notes on the concept of field and educational policy studies

Abstract: The concept of field is a recurring subject of discussions between the education policy researchers. Swelling the ranks of such debate, this text is an essay that discusses the different meanings of that concept in educational studies of different types (doctoral theses, articles, etc.). The paper is structured in four parts. In the first section, we performed an analysis of the historicity of the word field. After that, we scrutinized the writings by Pierre Bourdieu with the intention to better understand two concepts that we believe are essential to educational policy studies (“intellectual field” and “scientific field”). In the third part, we investigate the concept of field expressed in publications whose focus was how and why the studies in educational policies form a "field of something" (knowledge, studies...). Thus, we questioned the meaning of field registered in a set of 34 texts collected in the Thematic Library on the ReLePe site. In the fourth section, we finished the article offering some considerations to scholars who would like to use the word field in their investigations about educational policies.

Keywords: Field. Educational policy. Education.

Brincar de pensar

A arte de pensar sem riscos. Não fossem os caminhos da emoção a que leva o pensamento, pensar já teria sido catalogado como um dos modos de se divertir. Não se convidam amigos para o jogo por causa da cerimônia que se tem em pensar. O melhor modo é convidar apenas para uma visita, e, como quem não quer nada, pensa-se junto, no disfarçado das palavras (Lispector, 2008, p. 4).

Introdução

O trecho utilizado como epígrafe expressa parte de nossa crença no poder das palavras. É no disfarçado das palavras que nos arriscamos a pensar. Elas são os lugares onde abrigamos nossos pensamentos. Assim, este artigo reflete certo esforço de produção de palavras-

pensamento sobre estudos em políticas educacionais que recentemente acessamos. De certo modo, nos arriscaremos a pensar junto com cada um deles.

Como Trabalho Final do curso de Pós-graduação em *Introducción a los Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, oferecido pela Universidade Nacional de La Plata/Argentina com apoio da Rede Latino-americana de estudos epistemológicos em Política Educacionais (ReLePe)¹, este escrito consiste num ensaio, cuja problemática incide sobre o conceito de campo.

À luz do cruzamento de diferentes fontes, o artigo encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, procedemos a análise de aspectos relativos a historicidade do termo campo, destacadamente o contexto espaço-temporal de sua emergência, bem como suas acepções em algumas sociedades da Europa Antiga que parecem tê-lo inicialmente empregado. Vale registrar que não somos etimólogos ou filólogos. Esses ofícios vão além das funções de historiador que assumimos neste ensaio. De maneira específica, nosso compromisso é com a reflexão histórica sobre a palavra campo, ou seja, com uma tentativa de interpretá-la em tempos, em espaços e em meio ao conjunto de relações sociais que a transpassaram no passado. Ao longo desse fazer, embasamos nossas reflexões tanto em estudos historiográficos quanto em dicionários especializados que tivemos a oportunidade de consultar no Acervo da Biblioteca de Letras da Faculdade de Filologia da Universidade de Barcelona, na Espanha².

Na segunda parte, realizamos o exame de alguns dos escritos de Pierre Bourdieu com a finalidade de aprofundar nossa compreensão sobre o conceito de campo. Nesse item, trazemos à discussão as especificidades que conformam o conceito, centrando os esforços na reflexão sobre duas noções construídas por Bourdieu e que recorrentemente são acionadas em estudos educacionais de natureza diversa, a saber: campo intelectual e campo científico.

¹ Criada em 2011, a ReLePe congrega pesquisadores interessados no debate sobre epistemologias em políticas educacionais “em suas diversas acepções: produção de conhecimento, história do campo”, entre outros. A Rede tem procurado estimular laços acadêmicos entre “pesquisadores da América Latina, Espanha, Portugal e outros países do mundo”, assim como entre “instituições nas quais se possa fortalecer os vínculos acadêmicos de intercâmbio de professores, estudantes de pós-graduação e graduação” (ReLePe, 2016).

² Todos os dicionários que utilizamos para a escrita deste artigo estão listados nas Referências. Neles, analisamos a palavra campo (e suas correlatas) por meio de uma Ficha de Análise. Neste ensaio fazemos uso das informações coletadas em três de seus itens: a) Significado de campo?; b) Datação atribuída à emergência do termo campo?; c) Relação que estabelece entre o termo campo e o contexto temporal-espacial-social da época de sua presumida emergência?

No terceiro item, procedemos a uma análise do conceito de campo registrado em textos cujo foco é o debate sobre como e por que os estudos em políticas educacionais formam um “campo de alguma coisa” (de conhecimento, de estudos, etc.). A sustentação empírica de tais reflexões é dada pelo exame de um conjunto de textos coletados na Biblioteca Temática da ReLePe. Assim como no item anterior, nesta seção também utilizamos uma Ficha de Análise com a intenção de melhor sistematizar os dados coletados, assim como controlar as subjetividades produzidas durante a reflexão sobre tais fontes. Além disso, com a intenção de aprofundar as discussões, fazemos uso de bibliografias sobre políticas educacionais que recolhemos no contexto de realização da pesquisa de doutorado intitulada “Discursos multilaterais sobre educação e tecnologias: regimes de tempo, regimes de tecnologias (OCDE, 1992-2015)”, desenvolvida junto ao PPGE/UEDESC.

A modo de contribuição, na quarta sessão, finalizamos o artigo oferecendo algumas considerações aos estudiosos de políticas educacionais que se interessam pela utilização do termo campo em seus escritos. Nossa intenção não será a de prescrever um vocabulário controlado a respeito dessa palavra. Ao contrário, tentaremos estimular que o uso de termos como “campo teórico”, “campo de conhecimento”, “campo de estudos”, entre outros, quando aplicados ao estudo de políticas educacionais, seja feito de maneira mais clara, mais especificada e mais fundamentada em posicionamentos teórico-metodológicos.

De partida também é importante registrar que neste ensaio não temos o objetivo de apontar equívocos e/ou usos pouco sustentados do conceito de campo. Nossa expectativa é a de contribuir aos estudos de políticas educacionais, especialmente para o seu fortalecimento como lugar de conhecimento que dá a pensar em Educação. Esperamos que o texto seja um bom aporte nessa direção.

Campo: uma origem difusa

“De origem incerta”. “Há diversas hipóteses possíveis”. Eis as advertências que encontramos num dos mais respeitados dicionários de etimologia latina quando trata do verbete campo (Pianigiani, 2008)³.

De acordo com alguns estudiosos, a “primeira documentação” que registra a palavra “campo” – grafada exatamente assim, com terminação em “o” – é de origem “espanhola” e datada do século X (Coromines, 1992, p. 460), mais especificamente do ano “931” (Munguía, 2001, p. 92). Porém, o assunto não se encerra aí.

Com um conjunto reflexões mais aprofundadas, pormenorizadamente, Buck (1971) nos apresenta outras probabilidades. Segundo o autor, ao tratarmos da questão é fundamental deixarmos claro se nos referimos a “campo [...] como um pedaço de terra para o cultivo” ou “campo num sentido mais amplo, sem especial referência à agricultura”. Para o historiador, tal rigorosidade pode servir de antídoto à difusão de compreensões equivocadas sobre a origem e as possíveis traduções do termo, uma vez que muitos de seus correlatos “abarcam essas duas noções” (p. 489).

Conta-nos Buck (1971) que “algumas palavras nas quais o sentido agrícola [era] dominante” acabaram sendo “empregadas” despreocupadamente, “com um sentido mais aberto”. É o caso, por exemplo, de “*ἀγρός*” (grego) e “*ager*” (latim). Tanto uma quanto outra referem-se a “espaços abertos”, “planos”, similares a “planícies”, mas alguns estudiosos transferiram-nas ao inglês como sinônimas de “*town*”, cujo sentido radical seria o de uma “região urbana”, como uma “cidade” (ainda que em formação) (p. 489). A imagem a seguir é bastante ilustrativa da complexidade imiscuída no assunto.

³ Doravante, todas as traduções apresentadas são Livres. Todas foram realizadas ao português do Brasil com a intenção de socializar as reflexões que acessamos durante a pesquisa que deu origem a este artigo.

Figura 1: “campo” em diferentes sistemas linguísticos Indo-Europeus Antigos

FIELD (For Cultivation)					
Grk.	<i>ἀγρός, ἄρουρα</i>	Goth.	<i>akrs</i>	Lith.	<i>dirva, laukas</i>
NG	<i>ἀγρός, χωράφι</i>	ON	<i>akr</i>	Lett.	<i>tirums, druva</i>
Lat.	<i>ager, arvum</i>	Dan.	<i>mark, ager</i>	ChSl.	<i>selo, niva</i>
It.	<i>campo</i>	Sw.	<i>åker, mark</i>	SCr.	<i>njiva, oranica</i>
Fr.	<i>champ</i>	OE	<i>æcer</i>	Boh.	<i>role</i>
Sp.	<i>campo</i>	ME	<i>aker, feeld</i>	Pol.	<i>rola, grunt</i>
Rum.	<i>cîmp</i>	NE	<i>field</i>	Russ.	<i>niva, pole</i>
Ir.	<i>gort</i>	Du.	<i>akker, veld</i>	Skt.	<i>kṣetra-, urvarā-</i>
NIr.	<i>gort</i>	OHG	<i>acchar</i>	Av.	<i>karšū-, yavan-</i>
W.	<i>cae, maes</i>	MHG	<i>acker</i>		
Br.	<i>park, maez</i>	NHG	<i>acker, feld</i>		

Fonte: extraído de Buck (1971, p. 489).

Se levarmos a letra à radicalidade, a matéria torna-se ainda mais complicada. Citando diferentes fontes, Beekes (2010, p. 16), pontua que o termo grego *ἀγρός* se conectava a outros similares e que também circulavam pelo “mundo Indo-Europeu Antigo”. Daí a necessidade de se levar em conta na historicidade de campo que, “originalmente”, o vocábulo apareceu em “sânscrito” (“*ájara-*”) e em “gótico” (“*akrs*”), “designando campos **não cultivados**” (grifo nosso). E, à sua correspondente latina, “*ager*”, foi atribuído um significado razoavelmente diferente. Isso porque, segundo Corominas e Pascual (1991), houve uma “inovação” linguística quando da passagem daqueles termos ao latim. Dizem eles:

O sentido de espaço de terra limitado que se lavra correspondia em latim à palavra AGER [grifo nosso]; o emprego de CAMPUS neste sentido, resulta de uma inovação romance⁴, demasiadamente comum a todas as línguas neolatinas, e que já aparece no latim da decadência⁵ (p. 791).

A hipótese soa verossímil, já que não seria algo historicamente isolado e/ou único em relação a trajetória de várias línguas latinas. Romizi (2007, p. 18), por exemplo, destaca que o termo

⁴ Línguas derivadas do latim (Cf. Martín e Weissmann, 1997).

⁵ Referência aos séculos XIV e XV quando o castelhano se tornou a língua oficial de toda Corte espanhola, em detrimento de outras línguas como o *catalã*.

grego “*ἀγρός*” estaria sim ligado ao latino “*ager*”, que, por sua vez, também teria dado origem a uma palavra italiana cujo radical guarda sentidos que vão muito além, qual seja, *agricoltura*.

Uma outra hipótese a ser considerada é a de que a palavra campo seria sim tributária a *campus*, mas teria na obra *De Lingua Latina* (Sobre a Língua Latina), de autoria do “famoso polígrafo” Marco Terêncio Varrão (116 a.C. – 27 a.C.), um dos seus primeiros registros escritos (Carvalho, 2013, p. 1245).

Nascido na atual Rieti, “cidade situada na região do Lácio”, Varrão viveu em Roma e se dedicava ao estudo “das literaturas grega e latina e da história e antiguidades romanas”. Conforme assinalado por Valenza (2010), *De Lingua Latina* “foi escrita entre 47 e 45 a.C.” e sua publicação ocorreu anos depois, em “43 a.C.”. Integrada por “25 livros”, a obra registrava o interesse de Varrão pela “teoria gramatical”, destacadamente pelo debate sobre elementos linguísticos relacionados à “etimologia, morfologia e sintaxe” (p. 4).

A seguir, transcrevemos a passagem na qual Varrão alude a expressão ora discutida. Para fins de rigorosidade semântica, apresentamos o trecho em vernáculo original e a sua correspondente tradução ao castelhano e ao português do Brasil (a última realizada a partir do castelhano):

[...]. Quod primum ex agro plano fructus capiebant, campus dictus; posteaquam proxima superiora loca colere coeperunt, a colendo colles appellarunt. [...]. (M. Terentius Varro, Liber V, p. 11).

Campus se llamó porque al principio cogían (capiebant) las cosechas de terreno llano; y después de que empezaron a cultivar (colere) sitios próximos más altos, del cultivar (de colendo) los llamaron colinas (coles) (Bárcena, 2016).

Campus chamou-se porque no início apanhavam as colheitas de terreno plano; e depois de que começaram a cultivar locais próximos mais elevados do cultivar os chamaram colinas (Tradução nossa)⁶.

Como se nota, o termo *campus* era associado ao uso de porções de terras para a produção alimentar. No entanto, nem sempre ele era empregado com este entendimento. Segundo o lexicógrafo italiano Ottorino Pianigiani (2008), neste período, *campus* poderia designar também

⁶ Na expectativa de estimular a compreensão da ideia geral de Varrão, na tradução ao português do Brasil optamos por retirar a vírgula que integrava os fragmentos anteriores.

um “grande e amplo espaço de terra ordinariamente plano, arável e ao ar livre”. Ou seja, além de terras com potencial de lavra, poderia fazer simples referência a uma área extensa, aberta e horizontal, localizada “fora do povoado” (Real..., 2004, p. 417).

Em definição próxima, mas guardando outros aspectos históricos, *campus* também significava a utilização de um terreno para fins militares na Roma Antiga. É bastante conhecida a história do *Campus Martius*: um local da cidade romana no qual havia sido construído um grande altar dedicado ao deus Marte (deus da guerra) e que durante os séculos V e IV a.C. servia para a realização de exercícios militares, para a exibição pública das habilidades de luta dos soldados, para a celebração das vitórias em batalhas, entre outros (Cf. Paoli, 2000).

Ao analisar as diferenças e semelhanças etimológicas das palavras campo, estádio e arena, Patón também sublinhou que era comum os romanos chamarem de *campus* as regiões que utilizavam militarmente. De acordo com o autor, *campus* “parece ser uma palavra de origem rural, quiçá pré-latina, cujo significado original era ‘planície’, e que logo passou a designar o campo de batalha”. Ao contrário da palavra *stadion*, cuja origem parece ser grega – com registros específicos nos escritos de Pausânias (“geógrafo descritor da Grécia” que viveu durante o século II d.C.) –, e que dizia respeito a uma área fechada, com “uma medida de longitude equivalente a 600 pés gregos ou 625 romanos, cerca de 192 metros dos nossos” (Patón, 2011)⁷.

Ao que tudo indica, foi na confluência destes dois conjuntos semânticos que *campus* passou a funcionar como radical para um conjunto variado de palavras. Dito de outra maneira, foi a mistura de significados sobre possíveis usos do espaço e definições sobre aspectos bélicos presentes no cotidiano latino antigo que numerosas derivações foram sendo construídas e, pouco a pouco, passaram a fazer parte do vocabulário de diferentes línguas.

Alguns exemplos poderão ser esclarecedores. Em castelhano: *campera* (um tipo de casaco-abrigo usado no campo), *campesino* (a pessoa que se dedica às atividades do campo), *escampar* (olhar para o céu e ver como as nuvens se espalham, deixando a paisagem do campo mais iluminada), *campear* (levar os animais para pastar no campo ou, em acepção militar, lutar em

⁷ Com igual riqueza de detalhes, tal narrativa já havia sido feita por Portella (1983, p. 110), diferindo apenas em relação ao tamanho dos estádios: “Estádio – caminho de 185m.” (“do lat. *stadium*, do gr. *stadion*. [...] local destinado às corridas a pé, na antiga Grécia”).

campo aberto), *campo de batalla* (um local de luta), *batalla campal* (uma batalha em espaço aberto), *campamento militar* (um lugar no qual tropas militares se estabelecem por um período de tempo determinado), *campeador* (um batalhador/lutador que se coloca a *campear*) (Gargallo, 2013).

No “mundo germânico antigo” (região hoje correspondente a Europa setentrional até a Lombardia, no norte da Itália), entre os séculos IV e VII, a conversão de *campus* em “novos tipos léxicos” produziu “uma família interessante de palavras” (Gargallo, 2013). Até onde se sabe, durante o medievo, diversas populações germânicas passaram a ocupar as “fronteiras do Império Romano”, sendo aceitas pacificamente “desde que atuassem como colonos, trabalhando na terra, exercendo a função de vigilantes de fronteira, com uma força militar própria e praticamente independente, comandada por seus chefes”. Por volta do “ano 400”, entre “30” e “50 por cento do exército romano era composto de mercenários germânicos” (Carlan, 2008, pp. 139-140).

Por diversas razões alheias às análises possíveis neste texto, parte expressiva dos germânicos mostravam-se insatisfeitos com as relações políticas, econômicas e religiosas mantidas com o Império; razão pela qual ocorreram uma série de “confrontos” entre os soldados romanos e os grupos dos “Godos (divididos em Visigodos no Ocidente e Ostrogodos no Oriente), dos Francos, dos Suevos, dos Burgúndios, dos Anglos, dos Saxões, dos Alamanos, entre outros”⁸. Nesse contexto, os Visigodos abandonaram o atual norte da Itália e rumaram em direção ao oeste europeu, estabelecendo um “governo no sul da região, em quase toda a *Hispania* (Península Ibérica)” (Carlan, 2008, p. 141).

Ao que as evidências indicam, teria sido neste contexto que ocorreram os cruzamentos linguísticos mais incisivos sobre o termo *campus*, incluindo o aparecimento de palavras como *Kampf* (luta, batalha), *Kampfs* (lutar contra, combater alguma coisa), *Kämpfen* (em definição verbal, lutar, batalhar), *kampfspiel* (em luta, em combate)⁹ (Cf. Gargallo, 2013).

⁸ Havia ainda dois outros grupos: os Eslavos, compostos Russos, Poloneses, Croatas, Bósnios, Sérvios, Dálmatas, e o grupo dos Tártaros-mongóis, integrado pelos Alanos, os Hunos, os Avaros, os Búlgaros, os Turcos e os Húngaros (Carlan, 2008, p. 141).

⁹ Embora possa haver outras hipóteses sobre a emergência desta palavra, conforme demonstrado por Antilla (2000). De acordo com o autor, o vocábulo *kampfs* aglutinado ao sufixo *piel* aparece já em antigas sociedades do Oriente Próximo, registrado em textos sobre “rituais (Indo)Iranianos” que foram herdados pela cultura “Proto-Indo-Europeia” e que versavam sobre “corridas de cavalos” (Antilla, 2000, p. 22). No entanto, a bem da verdade

Em relação à língua francesa, alguns etimólogos defendem que a palavra *champ* parece ser realmente afluente ao termo latino *campus*; se empregada com o sentido de “terra cultivável de uma determinada extensão” (Larousse, 2009, p. 306).

O reconhecido professor da Sorbonne René Durand explica-nos que o termo *champ* tem sua “etimologia” conexa à expressão “*erat ex oppido despectus in campum*”, registrada na obra *De Lingua Latina*, de Terêncio Varrão (datada de 43 a.C.). Todavia, no francês contemporâneo, o vocábulo que melhor representaria o antigo sentido de *campus* seria “*plaine*” (planície) (Durand, 1986, p. 251). Jogando noutra ponta, “*ager, agrī*”, por sua vez, referiam-se a “campos laborais” (“*agrum colere*”, literalmente, “cultivar o campo”) e/ou a regiões utilizadas para a “pastagem” de animais (Durand, 1986, p. 84-85)¹⁰.

Ainda que pouco desenvolvida, a reflexão empreendida por Durand (1986) parece ser historicamente adequada. Afinal, a intensa presença romana na antiga região da Gália durante os séculos II a.C. e I d.C. é fato exaustivamente estudado por historiadores e arqueólogos (i.e. Momigliano, 1991).

Conforme sublinha Bina (2008), a presença romana na “Gália Cisalpina” (hoje correspondente ao norte da Itália) “data de 192 a.C.”, enquanto a “tomada da Gália do Sul” ocorreu em “120 a.C.”. A época, tal dominação implicou na fundação de duas grandes “colônias: Aqua Sextiae (Aix-en-Provence), em 123 a.C., e Narbo Martius (Narbonne), em 118 a.C.”, além de ser instalada uma “guarnição militar” em “Tolosa (Toulouse), em 106 a.C.” (p. 17)¹¹.

Os dados registrados no parágrafo anterior são de fundamental importância, pois dizem respeito a uma das principais transformações ocorridas na Gália a partir da presença romana na região, qual seja, a criação das *civitates*. Tratava-se de “um espaço físico, geralmente com uma

é que nas passagens analisadas pelo etimólogo, cita-se o termo combinado com a preposição *als*, ou seja, *als Kampfspiel*, cuja tradução poderia ser “como jogo de luta”, “um jogo de combate”.

¹⁰ Larousse (2009, p. 306), apresenta “1080” como o ano de provável aparecimento do termo “*plaine*” com sentido entrelaçado ao latino “*campus*” (datação que nos parece pouco provável). Além disso, pontua que a expressão pluralizada “*les champs*” (“os campos”) era utilizada para se referir ao “conjunto de terras cultiváveis, em oposição à vila ou áreas edificadas” situadas fora das cidades.

¹¹ Grosso modo, nos escritos de Caio Júlio César (séculos I a.C.), a Gália é retratada como englobando as hoje Bélgica, França, parte da Suíça e as “terras alemãs a Oeste do Reno”, excetuando-se apenas a “atual Provença”. Todavia, em outras narrativas, o mesmo César se refere a Gália como circunscrita “apenas aos territórios dominados pelos celtas (que os romanos apelidavam de gauleses) e que se estendiam do canal da Mancha até à cidade de Lyon” (Varandas, 2004, p. 239).

estrutura urbana, cuja diferenciação dos demais assentamentos se dava em razão do seu papel político” (Bina, 2008, p. 23). De acordo com ela,

A diferença entre a antiga estrutura social gaulesa – marcada por uma organização em comunidades e outras agrupadas em torno dessas – e a nova se dá em vários aspectos, tanto na alteridade administrativa, na disposição social, como na própria organização do espaço e paisagem. Antes da chegada dos romanos, o que de mais próximo os gauleses tinham das *ciuitates* eram os *oppida*, sua caracterização é difícil: os pesquisadores discordam seja quanto ao tamanho, seja quanto à organização, mas, de uma maneira geral, podemos apontar que eram grandes fortificações onde as pessoas podiam habitar, mas sem uma estrutura urbana (p. 24).

Com esta informação, não queremos endossar perspectivas historiográficas que defendem que entre os séculos II a.C. e I d.C. a Gália passou por um processo de “romanização”, sendo a sua população assimilada pela cultura latina a tal ponto de desejar ser romana, optar por incorporar a língua latina, cultivar a religião e os valores sociais latinos em detrimento de outros que lhes eram precedentes (notadamente celtas). De nossa perspectiva, o que parece ter havido foi uma complexa mistura cultural na qual signos romanos e gálicos conviviam em tempos e espaços compartilhados. Os “Fanos” (templos religiosos que combinavam “elementos arquitetônicos gauleses e romanos”) e a existência de um “bilinguismo” de coexistência (o uso do latim e de outras línguas locais de forma associada) são mostras contundentes de que não se sustenta a ideia de assimilação da cultura romana por parte dos gauleses (Bina, 2008, pp.9-13; Wroblewski, 2006). Assim, nossa inferência é a de que o surgimento e a expansão do termo *campus* no mundo gaulês possui relação com os novos sentidos de espaço que emergiram quando da convivência com os romanos, destacadamente quando do surgimento de uma nova e complexa estrutura espacial destinada a administração das sociabilidades, as *ciuitates*.

Mesmo que a narrativa histórica construída até aqui seja factível, é bom estarmos atentos a alguns de seus hiatos. Rapidamente, vejamos um dos mais intricados.

Embora a Gália Antiga estivesse sob jugo romano, suas regiões seguiam mantendo diferenças culturais bastante significativas. Baseando-se em textos de Plutarco (46 ou 50-120 d.C.), Varandas nos relata que as “campanhas das Gálias resultaram em perto de 800 cidades conquistadas, 300 tribos submetidas, um milhão de gauleses reduzidos à escravatura e perto de

três milhões (entre gauleses, germanos e belgas) tombados nos campos de batalha” (Varandas, 2004, p. 241). Conforme o dito de Caio Júlio César (1986): eram “as Gálias”.

Especificamente na parte litorânea, a relação que os gauleses mantinham com o Mar Mediterrâneo estimulou a constituição de elementos culturais bastante singulares. As interações com os “Fócios”, uma “população helênica”, também eram constantes. No “século V a.C.”, por exemplo, esses povos fundaram a cidade de Marselha (antiga “*Massalia*”), cuja “importância comercial [era] muito grande”, já que funcionava como “ponto receptor de estanho” e como fornecedora de “vinho” para os grandes “banquetes gauleses”. Além disso, de acordo com as pesquisas arqueológicas de Bina (2008), é possível afirmar que o Mediterrâneo servia como uma “porta de entrada” para troca culturais, em especial para a “influência helênica na religião e à difusão do alfabeto grego”, sobretudo a partir dos “séculos III e II a.C.” (p. 18).

Ao que tudo indica, foi considerando este contexto que Bailly (2000) defendeu que a palavra francesa “*champ*” teria no termo grego *ἀγρός* o seu ancestral mais antigo. Para Bailly, a palavra latina “*ager*” seria também coexistente as anteriores, sendo inclusive encontrada nos escritos de “filósofos” e “poetas” que “desde” o ano “21” circulavam pelo que hoje chamamos de “França” (p. 17).

Seja como for, o que apresentamos neste item já é suficiente para demonstrar que nos parece pouco provável que alguém encontre a origem-primeira da palavra campo, bem como para questionar posturas que defendem um determinado termo como mais adequado do que outro utilizando como justificativa o fato de que teria sido o mais antigo a existir e, portanto, o mais histórico, o mais original. Tratamos, pois, de nos esquivar de entendimentos fundamentalistas a respeito do termo campo.

Na esteira dessa perspectiva, o que procuramos fazer foi trazer à discussão diferentes perspectivas sobre a historicidade da palavra campo com a expectativa de contribuir para que seu emprego seja ainda mais reflexivo, mais problemático, menos dado, menos naturalizado.

A modo de conclusão, acreditamos que os estudos em Educação, em particular os alusivos a políticas educacionais, poderiam ser beneficiados se se aproximassem de análises interessadas no rastreamento de termos que, vez ou outra, são empregados como uma espécie de

terminologia da área (i.e. campo, campo educacional, campo de saber, etc.). Obviamente, não queremos defender um estudo etimológico ou filológico de todos os vocábulos que registramos em livros, artigos, teses e dissertações que escrevemos e/ou orientamos. Entretanto, o uso naturalizado de palavras, de conceitos e de noções pouco fortalece o estatuto científico das pesquisas em Educação.

As palavras não são neutras. Nelas embutimos diversos desejos de significação. Assim, uma dose de clareza léxica poderia ser um primeiro passo para estudiosos de políticas educacionais que ambicionam ter seus pensamentos bem compreendidos.

Campo intelectual e campo científico: proposições de Pierre Bourdieu

Os escritos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) têm sido recorrentemente acionados por pesquisadores que se dedicam à análise de aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos de estudos em Educação. Com uma produção intelectual bastante expressiva, durante quase cinquenta anos, Bourdieu dedicou-se a investigar e compreender assuntos em Educação, Arte, Economia, Política, Religião, Teoria Sociológica, Epistemologia, entre outros. Em suas numerosas publicações, muitas das quais se encontram traduzidas ao português e acessíveis na internet, Bourdieu se mostrou um pensador interessado em questionar os modos pelos quais certas instituições acadêmico-educacionais (universidades, escolas, museus, etc.) historicamente funcionaram em diferentes sociedades, destacadamente a francesa (produção, reprodução, organização, manutenção e conservação das diferenças e desigualdades da/na própria sociedade). Conforme sintetizou Catani (2007, p. 74), em suas pesquisas Bourdieu se interessava fortemente pelo estudo da “lógica da dominação social nas sociedades de classe e os mecanismos pelos quais ela se disfarça e se perpetua, procurando extrair os princípios que regem esta lógica a partir de análises concretas”.

Nos limites deste item, dedicaremos especial atenção aos conceitos de campo intelectual e campo científico, ambos propostos por Bourdieu e frequentemente apropriados por estudiosos cujas análises recaem sobre características teórico-metodológicas de livros, artigos, teses e dissertações em políticas educacionais¹². Assim como outros sugeridos pelo autor

¹² Na terceira parte deste ensaio apresentaremos dados que sustentam esta afirmação.

(como habitus, ethos, doxa, etc.), esses dois conceitos integram um conjunto mais denso de análises em Educação e Sociologia e que, quando associados ao “conceito de prática (ou o conhecimento praxiológico)” e ao de “habitus”, integram “aspectos centrais” que “necessitam ser estudados para a compreensão do arcabouço epistemológico do trabalho sociológico de Bourdieu” (Catani, 2004, p. 4).

Ainda de acordo com Catani (2011), “Bourdieu começou a elaborar a noção de campo no início dos anos de 1960”. Grosso modo, a noção seria resultante da “convergência entre reflexões desenvolvidas em seminários de pesquisa sobre a sociologia da arte” dirigidos por Bourdieu na “*École Normale Supérieure*” e uma “releitura do capítulo sobre a sociologia da religião de *Economia e Sociedade*, de Max Weber” (p. 193). A época, o interesse de Bourdieu parecia a ser a elaboração de uma “sociologia da cultura entendida como uma sociologia dos sistemas simbólicos”, destacadamente comprometida com a reflexão sobre o funcionamento do “microcosmo dos intelectuais”, bem como com a análise de outros campos que constituíam o “mundo social nas sociedades altamente diferenciadas” e regidas por “regras próprias e irredutíveis às regras que regem a dinâmica e a competência em outros domínios – por exemplo, o econômico, o político, o jurídico” (p. 194).

De maneira detalhada, recordemos o conceito de “campo intelectual”. Até onde se sabe, o termo teria surgido quando Bourdieu levava a cabo um “estudo do sistema escolar francês”, cujo alcance se estendeu a “áreas de conhecimento” relacionadas com a “formação das elites intelectuais, os campos profissionais, a percepção artística e as formas de consumo estético [...]” da sociedade francesa. Pontualmente, a primeira vez que Bourdieu “definiu este conceito” foi no artigo “*Champ intellectuel et projet créateur*”, publicado em “novembro de 1966”, no “número 246”, do periódico “*Les Temps Modernes*”, editado em Paris e dirigido por Jean Paul-Sartre (Breve..., 2002, pp. 5-6).

Além da circulação internacional em idioma original, o escrito de Bourdieu foi imediatamente traduzido ao espanhol com o título *Campo intelectual y proyecto creador*¹³, passando a servir de referência para investigadores que possuíam um interesse comum, qual seja: nos domínios de suas disciplinas, interrogar o funcionamento, as relações de poder, as maneiras pelas quais a

¹³ Tradução realizada por Alberto de Ezcurdia em Pouillon (1967). Segundo Frota e Passiani (2009), em 1968 a atual editora Jorge Zahar realizou a publicação em português do Brasil do referido texto de Bourdieu.

determinados tipos de conhecimento atribuía-se mais legitimidade (mais verdades consagradas) do que a outros.

Em que pese as várias recontextualizações disciplinares do artigo, nos idos de 1960, assim Bourdieu (2002) conceituou campo intelectual:

Irredutível a um simples agregado de agentes isolados, a um conjunto de adições de elementos simplesmente justapostos, o campo intelectual, à maneira de um campo magnético, constitui um sistema de linhas de força: isto é, os agentes ou sistemas de agentes que fazem parte dele podem ser descritos como forças que, ao surgir, opõem-se e se agregam, conferindo-lhe sua estrutura específica num dado momento do tempo (p. 9).

Da perspectiva do sociólogo, tal debate se circunscrevia no âmbito de uma “sociologia da criação intelectual”, cujo “objeto” estaria no âmbito da “relação que um criador mantém com a sua obra” e, em particular, como a “obra mesma” é “afetada pelo sistema das relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação ou, com mais exatidão, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual (a qual, por sua vez, é função, ao menos em parte, da obra passada e da aceitação que teve)” (Bourdieu, 2002, p. 9).

Dedicando-se ao estudo da história da arte e dos artistas em suas relações com as transformações sociais, econômicas e culturais de sociedades de diferentes épocas, Bourdieu (2002) observou que “durante toda a Idade Clássica” havia “uma instância de legitimidade exterior” ao campo intelectual. Com isso, a “vida intelectual” foi sendo organizada “progressivamente num campo intelectual” apenas quando os “criadores se liberaram, econômica e socialmente, da tutela da aristocracia e da Igreja e [de] seus valores éticos e estéticos”, bem como quando “apareceram instâncias específicas de seleção e de consagração propriamente intelectuais [...]” e que tensionaram a “concorrência pela legitimidade cultural”. Pouco a pouco, a “vida intelectual” foi sendo definida “por oposição ao poder econômico, ao poder político e ao poder religioso”, isto é, opondo-se a “todas as instâncias que poderiam pretender legislar em matéria de cultura em nome do poder ou de uma autoridade não fora propriamente a intelectual”. O “campo intelectual” foi sendo convertido num “sistema regido por suas próprias leis” (p. 10). Portanto, como “sistema autônomo” o campo intelectual foi o “produto de um processo histórico de autonomização e de diferenciação” feita no interior do próprio campo intelectual (p. 17).

Desde aí, Bourdieu (2002) vislumbrou que a “estrutura” do campo intelectual é “dinâmica”. Assim, configura-se como um “sistema de interações” que abarca uma multiplicidade de “instâncias”, tais como “agentes isolados” (os criadores intelectuais) e os “sistemas de agentes, como o sistema de ensino, as academias ou os cenáculos”, que se definem pela sua razão de ser “nesta estrutura” (“função”, “posição”, “autoridade”, influências que “exerce ou pretende exercer sobre o público” como “árbitros da competência pela consagração e legitimidade intelectual”) (p. 31).

Ainda neste sentido Bourdieu (2002) esclareceu que a “estrutura do campo intelectual” possuía uma “relação de interdependência” com “estruturas fundamentais do campo cultural”, nomeadamente a das “obras culturais, hierarquizadas segundo o seu grau de legitimidade” (p. 33). Foi interagindo com o processo pelo qual certos bens culturais acabam sendo socialmente legitimados e hierarquizados que o pensador situou o quinhão das universidades. Em suas próprias palavras:

Cada intelectual insere em suas relações com os demais intelectuais uma pretensão à consagração cultural (ou à legitimidade) que depende, em sua forma e nos direitos que invoca, da posição que ocupa no campo intelectual e em particular na relação com a universidade, detentora em última instância dos signos infalíveis da consagração: enquanto a academia, que pretende o monopólio da consagração dos criadores contemporâneos, contribui para organizar o campo intelectual sob a relação da ortodoxia, por uma jurisprudência que combina a tradição e a inovação, a universidade pretende o monopólio da transmissão das obras consagradas do passado, que consagra como “clássicas”, e o monopólio da legitimação e da consagração (entre outras coisas com o diploma) dos consumidores culturais mais complacentes (p. 40).

Como se pode perceber, o conceito de campo intelectual foi originalmente elaborado por Bourdieu como fruto de reflexões sobre a produção, a reprodução e a circulação de bens culturais em arte. Entre as complexidades que atravessavam suas investigações, o termo parece ter-lhe oportunizado colocar em diálogo os diversos agentes que interferiam sobre perspectivas, noções e enquadramentos acerca do valor artístico-cultural de uma determinada obra. Em seu fazer, Bourdieu também mapeou as linhas de força que configuravam relações de poder assimétricas entre público, criadores, academias de arte, universidades, escolas, museus e outros meios que modulavam o status de um determinado objeto artístico.

Seja como for, para além de uma clara preocupação e imaginação sociológica, o artigo

publicado em 1966 em nada fazia alusão ao *modus operandi* de outras disciplinas (História, Geografia, Filosofia, etc.), tampouco versava sobre o papel do conhecimento científico no interior das academias/universidades. O assunto viria à tona através de um outro conceito, o de campo científico.

Publicado em 1976 com o título *Le champ scientifique*, em *Actes de la recherche en sciences sociales* (número 1-2), a noção de campo científico foi cunhada em compasso com um conjunto de discussões anteriores nas quais Bourdieu tratava da “lógica de funcionamento dos campos de produção simbólica (campo intelectual, e artístico, campo religioso, campo da alta costura, etc.)” (Bourdieu, 2000, p. 11).

Transitando pelos domínios da “sociologia da ciência”, a noção de campo científico resulta dos esforços de Bourdieu (2000) em compreender que “condições sociais” poderiam “determinar a aparição desses produtos sociais relativamente independentes de suas condições sociais de produção como o são as verdades científicas”. Ou seja, tratava ele de questionar as “leis” e os “mecanismos genéricos” que conduzem o campo científico a “aceitação ou a eliminação dos novos ingressantes” ou ao reconhecimento da “disputa entre os diferentes produtores” (p. 11). Nesses termos, assim o sociólogo caracterizou a noção de campo científico:

O campo científico, como sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (nas lutas anteriores), é o lugar (isto é, o espaço de jogo) de uma luta competitiva que tem por desafio específico o monopólio da autoridade científica, inseparavelmente definida como capacidade técnica e como poder social, ou, se se prefere, o monopólio da competência científica que é socialmente reconhecida a um agente determinado, entendida no sentido da capacidade de falar e intervir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) em matéria de ciência (p. 12).

A definição proposta por Bourdieu (2000) rompeu radicalmente “com a imagem pacífica da comunidade científica”, colocando sob suspeição certas “hagiografias¹⁴ científicas”, ao passo que explicitava que o “funcionamento” do “campo científico produz e supõe uma forma específica de interesses (as práticas científicas não aparecem como ‘desinteressadas’ [...]). Ao contrário, tais práticas estão conformadas por “interesses diferentes”, muitos dos quais são “produzidos e exigidos por outros campos” (p. 13).

¹⁴ Escritas sobre a história de vida de homens considerados santos. Eram recorrentes durante o medievo europeu.

A postura reflexiva de Bourdieu frente aos seus próprios pares já havia sido anunciada em anos anteriores. Por ocasião de uma conferência proferida em 1974, ao tratar do campo da alta costura, Bourdieu (1983) enfatizava:

Chamo de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto. Neste campo particular que é o campo da alta costura, os dominantes são aqueles que detêm em maior grau o poder de constituir objetos raros pelo procedimento da “grife”; aqueles cuja “grife” tem o maior preço. Num campo, e esta é a lei geral dos campos, os detentores da posição dominante, os que têm maior capital específico, se opõem por uma série de meios aos entrantes [...], recém-chegados, chegados-tarde, arrivistas que chegaram sem possuir muito capital específico. Os antigos possuem estratégias de conservação que têm por objetivo obter lucro do capital progressivamente acumulado. Os recém-chegados possuem estratégias de subversão orientadas para uma acumulação de capital específica que supõe uma inversão mais ou menos radical do quadro de valores, uma redefinição mais ou menos revolucionária dos princípios da produção e da apreciação dos produtos e, ao mesmo tempo, uma desvalorização do capital detido pelos dominantes (p. 155).

Nas pistas deste entendimento, seguia dizendo Pierre Bourdieu (2000) com extrema lucidez: os “conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos” (p. 15). Assim, ele via o campo científico,

[...] como lugar de uma luta política pela dominação científica, atribui a cada investigador, em função da posição que ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, uma vez que se definem expressa ou objetivamente em referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são, ao mesmo tempo, estratégias políticas (p. 18).

Em relação a sua “estrutura”, o campo científico poderia ser definido em função de sua própria historicidade, do “estado das relações de força entre os protagonistas da luta, agentes ou instituições”, da “estrutura de distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontram objetivadas nas instituições” e das “disposições” atinentes as “estratégias” e as “possibilidades objetivas” que os “agentes ou instituições” ocupam nas “lutas” do presente (Bourdieu, 2000, p. 27). Frente a essa observação, não nos é difícil perceber que é a própria entidade campo que “atribui a cada agente suas estratégias” para a obtenção do “capital científico” legitimado, inclusive aquelas que objetivam subverter consistem “a ordem científica estabelecida” (p. 34).

Enfim, sem dúvida, campo intelectual e campo científico são constructos que podem ser aproximados se tomamos como referência o pensamento de Bourdieu. Ao atentarmos para como estes dois conceitos se reconfiguraram e/ou foram mais explorados em publicações posteriores, não seria exagerado afirmarmos que os dois textos que aqui analisamos foram anúncios de futuras obras do sociólogo¹⁵. Para Catani, a noção de campo assumiu uma dimensão tão importante nos estudos de Bourdieu que chegou a “substituir a de sociedade”, uma vez que para ele uma “sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas”. Ao revés, é “constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos”, ou seja, é composta por numerosos, múltiplos e diferentes campos (Catani, 2011, p. 192).

No que diz respeito ao cruzamento entre os conteúdos dos artigos nos quais Bourdieu envidou esforços ao redor do termo campo e as acepções históricas do vocábulo mencionadas na primeira parte deste ensaio, os contatos semânticos são evidentes. A reflexão sobre a historicidade da palavra, revelou que campo foi sendo processualmente associado a espaços de cultivo, de lutas, de batalhas, de competições, de disputas, de concorrências, entre outros. Ainda que Bourdieu tratasse de matérias alheias as discutidas no primeiro item, é inegável que seus conceitos de campo intelectual e de campo científico poderiam ser bem caracterizados lançando mão dos termos aludidos.

Outra zona de contato pode ser vislumbrada ao atentarmos para a questão do espaço. Para Bourdieu, campo diz respeito a um espaço de jogo, uma região preñe de processos, produtos e bens simbólicos estrategicamente disputados por agentes que interagem no interior do próprio campo. Ou seja, é um local no qual se exercitam relações de força desiguais que, pouco a pouco, atribuem e fixam sentidos aos lugares em disputa, aos seus agentes, aos lugares de conhecimento. Nesse aspecto, recordamos que campo, num dos seus significados mais perenes, segue historicamente associado a percepção de territórios fisicamente militarizados e destinados ao treinamento, à exibição e ao combate entre de guerreiros. Também em âmbito bélico, o termo fazia alusão aos territórios em litígio entre populações rivais que constantemente se deslocavam pela Europa antiga.

¹⁵ Por exemplo, em Bourdieu (1996), Bourdieu (2007) e Bourdieu (2008).

Em que pese a possibilidade de seguirmos com o debate nesta mesma linha de raciocínio, vejamos agora como alguns estudos em políticas educacionais acionam e colocam a seu serviço o conceito de campo. Isto é, como o termo foi sendo intencionalmente utilizado para dar corpo a investigações e análises em Educação.

O conceito de campo e os estudos em políticas educacionais

Conforme apontado na Introdução, nesta seção refletimos sobre o conceito de campo manifesto em trabalhos acadêmicos que afirmam que os estudos em políticas educacionais formam um “campo em alguma coisa” (de conhecimento, disciplinar, acadêmico, intelectual, entre outros). O material empírico de tais reflexões consiste num conjunto de textos que recolhemos na Biblioteca Temática da ReLePe¹⁶.

Com uma considerável riqueza bibliográfica, na Biblioteca podem ser encontrados textos de natureza diversa acerca de temáticas que a Rede tem procurado promover e discutir quando o assunto são políticas educacionais. Sob a coordenação da professora Dra. Silvana Stremel (UEPG/Brasil), a Biblioteca está organizada em “oito eixos de estudo e análises” que respondem ao “objetivo principal” da ReLePe, qual seja: “os estudos teóricos e epistemológicos em política educativa” (ReLePe, 2015). A seguir, apresentamos o título de cada eixo acompanhados, respectivamente, das suas quantidades totais de textos digitalizados (para *download* gratuito) e de textos impressos:

Quadro 1 – Eixos da Biblioteca Temática da ReLePe

Eixo	Textos Digitalizados	Textos Impressos
Problemáticas e limitações no desenvolvimento investigativo em política educacional	27	26
Enfoques e perspectivas epistemológicas em política educacional	41	39
Metodologias para a análise e investigação em políticas educacionais	35	13

¹⁶ A Biblioteca pode ser consultada em: <<http://www.relepe.org/index.php/biblioteca-tematica>>.

História do campo de política educacional	18	03
Investigação analítica de autores referentes em políticas educacionais	30	17
Modelos teóricos e perspectivas epistemológicas na produção de conhecimento, modelos de implementação e tomada de decisões em políticas educacional	34	25
Epistemologia, política educacional e realidade latino-americana	10	01
Ensino de política educacional e formação de pesquisadores no campo	01	00
TOTAL	226	124

Fonte: elaboração própria, jan. 2016.

Em sintonia com estes Eixos, a ReLePe vem procurando se consolidar “como um espaço de reflexão e debate sobre o campo teórico da política educacional”. Daí a “finalidade” e a importância de cada Eixo (e dos textos que disponibilizam) no sentido de subsidiar a “reflexão e análise do [referido] campo teórico” (ReLePe, 2015).

A partir das possibilidades de pesquisa da Biblioteca da ReLePe e dos interesses específicos deste ensaio, foram selecionados 34 textos para análise (04 teses de doutorado, 11 artigos de anais de congresso, 19 artigos de revista), os quais se encontram detalhados no APÊNDICE I¹⁷. Cada texto foi lido na íntegra e interrogado com base na Ficha de Análise que apresentamos a seguir:

¹⁷ Neste Trabalho foram desprezados os textos da Biblioteca da ReLePe que se caracterizam como: i) Resumos (via de regra possuíam apenas uma página); ii) Levantamentos bibliográficos sobre estudos em políticas educacionais (alguns eram listagens de artigos, teses e dissertações); iii) Indicados pela Biblioteca, mas que não estão *online*, ou seja, todos os “textos impressos”, uma vez que não conseguiríamos acessar todos; iv) Textos provenientes de mesas redondas (apenas apresentavam a proposta da mesa/palestra, reduzindo-se a 02 páginas); v) publicações de transcrições de entrevistas realizadas com pesquisadores de políticas educacionais, pois numa narrativa oral é comum o “entrevistado” criar uma “coesão para a sua vida e a sua obra”, imaginando uma trajetória intelectual sequencial, organizada e verossímil, mas que de fato não foi assim tão lógica, harmônica e coesa conforme expressado no narrado (Bourdieu, 2005, p. 12).

Quadro 2 – Ficha de Análise dos Trabalhos Acadêmicos coletados na Biblioteca Temática da ReLePe

Num.:	Referência completa:	
	Termos empregados ao relacionar campo e política educacional?	
	Conceito de campo?	
	Principais autores acionados para elaborar o conceito de campo?	
	Como o conceito de campo foi plasmado no artigo (citação direta, indireta, esquema, etc.)?	
	Nível de aprofundamento da discussão conceitual sobre campo?	
	Relação entre o conceito de campo e os demais conteúdos do trabalho?	
	Outras observações importantes	

Fonte: elaboração própria, jan. 2016.

Após a produção das Fichas de Análise, foram criadas tabelas com a intenção de identificar diferenças e semelhanças no trato do conceito de campo entre os trabalhos pesquisados. Além disso, a elaboração das tabelas também visavam facilitar a sistematização do enorme volume de dados com os quais estávamos trabalhando. Afinal, a análise dos 34 textos e a construção de suas 34 Fichas de Análise exigiu uma leitura atenta, individualizada e reflexiva para efetivamente darmos conta de identificar o que nos interessava.

Ainda no tocante a isso, a garimpagem de informações em cada texto culminou na produção de 03 tabelas. A primeira, sistematiza os dados provenientes do estudo das teses de doutorado que investigamos. A segunda, contém informações decorrentes da reflexão empreendida sobre os artigos de anais de congresso que coletamos. E, a última, registra elementos teórico-metodológicos originados pelo exame de artigos de revista que foram pesquisados. Todas as tabelas foram incluídas no final deste ensaio como APÊNDICE I.

A apreciação das tabelas e particularmente do que registram sobre o conceito de campo, revelou-nos como este termo vem sendo utilizado de maneira elástica por numerosos pesquisadores de políticas educacionais. Para além do emprego da palavra solitária (somente campo), há uma multiplicidade impressionante de cruzamentos do vocábulo com outros termos que também parecem interessar aos investigadores de políticas educacionais. Dito de maneira mais clara, há toda sorte de alcunha expressando a articulação do conceito de campo aos estudos de políticas educacionais: campo da/de/em política educacional, campo teórico, campo das epistemologias da política educacional, campo de conhecimento, campo acadêmico, campo disciplinar, campo intelectual, campo de estudos, campo empírico, campo político, campo científico; campo diferenciado; campo mestiço, campo emergente, campo em construção, campo de estudo da pesquisa social... E por aí seguiríamos.

Por um lado, essa multiplicidade de termos parece ser uma tentativa dos estudiosos refinarem cada vez mais o léxico com o qual se referem ao seu lugar de trabalho acadêmico. A variedade de epítetos espelha esforços intelectuais no sentido de alcançar certa precisão na reflexão sobre objetos, temas, teorias e metodologias em políticas educacionais. De outra parte, utilizar determinados vocábulos de maneira irrefletida, sem rigorosidade teórica, descontextualizando seus lugares de produção em favor de sua reterritorialização em outros domínios, em nada contribuiu para o amadurecimento do estudo em políticas educacionais.

Infelizmente, não foi reduzida a quantidade de trabalhos que incorreram em algum tipo de dificuldade teórico-metodológica quando do acionamento do conceito de campo. Sem dúvida, os exemplos mais gritantes nos são oferecidos por textos que mobilizam as noções de campo intelectual e campo científico de Bourdieu. Nos vários trabalhos que fizeram uso dos escritos desse sociólogo, o conceito de campo, ou melhor, a pesquisa sobre o suposto campo de políticas educacionais, é tornada sinônimo de se construir um balanço da produção bibliográfica publicada por uma determinada revista especializada ou sobre os trabalhos apresentados num grupo de trabalho de uma associação científica; de se contar a história de uma entidade que congrega acadêmicos/as e/ou recorrentemente se envolve com o financiamento de investigações em políticas educacionais. Nesse fazer, a maioria dos escritos não perscruta as desigualdades das linhas de força que conformam os estudos em políticas

educacionais, limitando-se a descrever os principais temas de investigação e alguns fatos que consideram relevantes para a história dos estudos sobre políticas educacionais.

À exceção do trabalho de Stremel (2016), não foi encontrado nenhum outro cujas reflexões abordavam como determinados/as estudiosos/as vem historicamente tentando moderar o debate acadêmico sobre políticas educacionais no Brasil, inclusive fazendo composições pessoais-acadêmico-profissionais que, vez ou outra, levaram à criação de associações, revistas, de eventos científicos, de cursos e de linhas de pesquisa vinculadas a programas de pós-graduação em Educação ou correlatos (uma prática que sabemos existir). Ao invés disso, os artigos e as teses contentam-se em narrar uma história linear, estabilizada, com personagens invisíveis, escamoteando disputas simbólicas travadas entre os agentes que atuam no estudo de políticas educacionais e que, por sua vez, tem relação direta com os assuntos, as teorias e as metodologias consideradas mais apropriadas à investigação. Ao que esses trabalhos indicam, nos estudos em políticas educacionais, não há pessoas que lutam entre si por um mesmo objeto. Há, sim, figuras sem rosto (o Estado, o Ministério da Educação, a agência de fomento, a política pública, os/as pesquisadores/as, os/as estudiosos/as, etc.) que vem trabalhando, construindo e estimulando maneiras de atuar em políticas educacionais. Enfim, alude-se a entidades abstratas que protagonizam histórias palatáveis que se esquivam do registro de tensões e conflitos. Tratam-se de narrativas históricas sobre a vida em comunidade.

Homólogo a isso, há um também conjunto de trabalhos que evoca o conceito de “campo teórico”, de autoria de César Tello, para significar os estudos em políticas educacionais. Entretanto, simplesmente importar o termo e utilizá-lo para afirmar que as reflexões em políticas educacionais formam um campo teórico, também não avança o debate sobre o que estamos constituindo quando nos colocamos a produzir nossos trabalhos. Nenhum dos textos analisados observou uma questão estruturante da história intelectual do Brasil: durante muitos anos e mesmo hoje, o adjetivo teórico possui um suposto contrário quando associado aos estudos educacionais, a saber, o prático. Assim, a um campo teórico de estudos em política educacional corresponderia um imaginado campo prático de estudos em política educacional. Ainda que esteja correto o dito de que não há teoria sem prática (e vice-versa) e, forçando um pouco mais, de que todo procedimento metodológico se desprende de uma escolha teórica, de que toda metodologia é construída em articulação com reflexões epistemológicas, a bem da

verdade é que tudo isso é óbvio (talvez seja a lição introdutória mais oferecida a pesquisadores em início de carreira). Nesse sentido, ao capturar especificamente este tipo de análise dos escritos de Tello, os textos analisados não fazem mais do que construir um conceito de campo com base no óbvio ululante e que desconsidera o núcleo da discussão sobre políticas educacionais sugerida pelo autor (o quê estamos fabricando quando trabalhamos intelectualmente em políticas educacionais?).

No que diz respeito aos pensadores acionados ao elaborar o conceito de campo, além de Bourdieu e Tello, foram recorrentes as menções a Antonio Gramsci, Bernard Charlot, Jefferson Mainardes e Stephen J. Ball. Em que pese a predominância de estudiosos historicamente dedicados a reflexão sobre por que e como os estudos em políticas educacionais formam um campo científico, também notamos a mobilização de autores cujas preocupações acadêmicas são alheias a este debate, bem como nem mesmo situam problemáticas educacionais no centro de suas discussões. Por terem elaborado conceitos de elevada potência e teorias de grande amplitude, Chantal Mouffe, Ernesto Laclau, Gilles Deleuze, Michel Foucault e Terry Eagleton foram chamados para ajudar a construir certas visagens do conceito de campo de políticas educacionais.

Ademais, no conjunto, a maioria dos 34 trabalhos pesquisados apresentaram um nível baixo de aprofundamento no debate conceitual sobre o termo campo (14 deles). Por baixo aprofundamento entendemos os textos que nada ou pouco analisavam o conceito de campo, assim como não o relacionavam aos demais conteúdos do trabalho. Via de regra, o verbete campo aparecia naturalizado, desarticulado em relação aos principais assuntos discutidos e empregado de maneira superficial se levarmos em conta as ideias de seus criadores. Em tais textos, muita vezes o registro conceitual sobre campo de políticas educacionais limitava-se a poucos parágrafos, quase sempre descritivos.

Em contrapartida, 10 trabalhos demonstraram médio aprofundamento ao abordar o conceito de campo. O interessante da leitura desses artigos foi que eles efetivamente empreendiam um esforço no sentido de materializar conceitos específicos para o vocábulo campo quando associado a investigações sobre políticas educacionais. Nesse aspecto, todos os escritos lançaram mão de citações diretas e indiretas, trazendo para o interior do texto as análises de pensadores reconhecidamente dedicados ao conceito de campo em interface com estudos de

políticas educacionais. Embora isso tenha sido uma grata constatação, consideramos o nível de aprofundamento como médio, pois foi comum identificarmos que embora os autores apresentassem uma discussão teórico-conceitual sobre campo e políticas educacionais, quando tratavam pontualmente dos seus objetos de investigação (artigos, teses, dissertações, história de estudos em políticas educacionais, etc.) o conceito de campo desaparecia ou não era acionado para aprofundar as reflexões globais do trabalho.

Num outro volume de textos percebemos um alto grau de profundidade na reflexão sobre o conceito de campo (10 escritos). Em tais trabalhos, havia uma discussão pormenorizada sobre campo e políticas educacionais, destacando-se o estabelecimento de boas relações com outros de seus itens. Além disso, nestes textos encontram-se proposições conceituais muito interessantes para se pensar as políticas educacionais como “campo científico”, como “campo teórico” e como “campo acadêmico”; proposições essas densamente embasadas em análises teóricas, metodológicas e epistemológicas.

Independentemente de apresentarem baixo, médio ou alto nível de aprofundamento, os trabalhos investigados nesta seção são importantes referências para todos que desejam estar mais familiarizados com o debate sobre o estatuto do estudos de políticas educacionais como campo científico. Conhecer as várias acepções, os modos de construção e os argumentos que dão sustentação aos conceitos de campo mencionados em cada tese ou artigo pesquisado, é uma boa oportunidade para compreendermos parte do que criamos e/ou damos impulso quando denominamos determinado estudo como sendo um estudo em políticas educacionais.

À guisa de conclusão: sobre o emprego do termo campo em futuros estudos de políticas educacionais

Ao longo deste ensaio, tentamos apresentar uma análise aprofundada do termo campo, bem como verticalizar o debate sobre as maneiras pelas quais ele vem sendo empregado em estudos de políticas educacionais.

Na primeira parte do escrito, refletimos sobre a historicidade da palavra campo na busca por demonstrar certos passados que a preenchem, desnaturalizando-a. A partir do que discutimos, cremos ter ficado evidente que, em suas origens, o vocábulo nada tinha a ver com os estudos educacionais. Desse modo, expressões como “campo científico”, “campo intelectual”, “campo

acadêmico”, “campo teórico” ou qualquer outra similar consiste numa inovação linguística que o nosso tempo criou para expressar suas próprias percepções acerca do que estamos fazendo quando investigamos em Educação, particularmente em políticas educacionais. Na contramão de leituras que defendem o vanguardismo de alguns termos, preferimos acreditar que eles são produtos da história intelectual que estamos vivendo, dia a dia, em pleno presente. “A história é filha do seu tempo” (Lefbvre, 1989, p. 120).

Em continuidade, apresentamos uma discussão sobre dois conceitos que julgamos de extrema pertinência para futuras investigações em políticas educacionais: campo científico e campo intelectual. Propostos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente o conceito de campo científico poderia fundamentar, subsidiar e estimular a elaboração de análises cada vez mais densas em relação as disputas simbólicas e as lutas de sentido que atravessam os estudos de políticas educacionais. De nossa perspectiva, tal noção poderia servir como ponto de partida para análises sobre fenômenos educacionais de natureza diversa, figurando como um conceito instrumental para a reflexão em políticas educacionais. A apropriação e o uso reflexivo da noção de campo científico poderia ser um primeiro passo na direção de evitarmos o emprego desmedido de terminologias pouco desenvolvidas teórico e metodologicamente ao nos referimos a políticas educacionais.

Para além disso, fizemos questão de incluir neste ensaio algumas reflexões sobre como diferentes trabalhos acadêmicos em políticas educacionais significaram o conceito de campo. Nos limites de nosso texto, construímos uma análise panorâmica e que registrou as principais relações que os autores estabeleceram entre o verbete campo e seus próprios estudos. Em maior ou menor medida, cremos ter evidenciado que necessitamos ter uma postura arguta diante de tal conceituação, empregando-a de maneira clara, especificada, embasada em posicionamentos teórico-metodológicos e articulada com os assuntos examinados.

Seja como for, esperamos que este escrito seja uma contribuição para o fortalecimento da rede de debates que vem sendo historicamente construída ao redor do conceito de campo, em especial para investigações em políticas educacionais que contemporaneamente dele fazem recorrente uso.

Referências

- Antilla, A. (2000) *Greek and Indo-European etymology in action: proto-Indo-European ag'*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins Publishing Company.
- Bailly, A. (2000). *Le grand Bailly: Dictionnaire Grec Français*. Edição revisada por L. Séchan e P. Chantraine. Paris: Hachette.
- Bárcena, P. M. (2016). *Etimología de campo*. Disponible en: <<http://etimologias.dechile.net/?campo>>. Acesado: 10 mar. 2016.
- Beekes, R. (2010). *Etymological dictionary of Greek*. Volume I. Leiden/Boston: Brill.
- Bina, T. (2008). *Os Fana no contexto Galo-Romano*. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (Mestrado). Dissertação. 335f. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo.
- Bourdieu, P. (1967). “Campo intelectual y campo creador”. En: Pouillon, J. et. alli. *Problemas de estructuralismo*. México: Siglo XXI. pp. 105-145.
- Bourdieu, P. (1983). “Alta costura e alta cultura” [comunicação feita em Noroit (Arras), nov. 1974, publicada em Noroit, n. 192]. En: Bourdieu, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. pp. 1-9.
- Bourdieu, P. (1996). *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2002). “Campo intelectual y campo creador”. En: Bourdieu, P. *Campo de poder, campo intelectual: itinerario de un concepto*. Buenos Aires: Editorial Montessor. pp. 9-50.
- Bourdieu, P. (2000). “El campo científico”. En: Bourdieu, P. *Los usos sociales de la ciencia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. pp. 11-27.
- Bourdieu, P. (2008). *Homo academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Bourdieu, P. (2005) “¿Qué es hacer hablar a un autor? A propósito de Michel Foucault”. En: Bourdieu, P. *Capital cultural, escuela y espacio social*. 6 ed. Buenos Aires: Siglo XXI. pp. 11-20.

Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Breve Nota Editorial. (2002). En: Bourdieu, P. *Campo de poder, campo intelectual: itinerario de un concepto*. Buenos Aires: Editorial Montessor. pp. 5-6.

Buck, C. D. (1971). *A dictionary of selected synonyms in the principal Indo-European languages: a contribution to the history of ideas*. 3 reimp. Chicago-London: The University of Chicago Press.

Carlan, C. U. (2008). “As invasões Germânicas e o Império Romano: conflitos e identidades no Baixo Império”. *História: questões & debates*, n. 48/49, pp. 137-146.

Carvalho, A. C. S. (2013). “O conceito de analogia sob a ótica de Marco Terêncio Varrão”. *Estudos Linguísticos*, v. 3, n. 42, pp. 1244-1253.

Catani, A. M. (2011). “As possibilidades analíticas da noção de campo social”. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 32, n. 114, pp. 189-202.

Catani, A. M. (2007). “Compreendendo os fundamentos ocultos da dominação”. *Revista Educação*, n. 5, pp. 74-83.

Catani, A. M. (2004). “Pierre Bourdieu: um estudo da noção de campo e de suas apropriações brasileiras nas produções educacionais”. En: *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*. Braga, Portugal. pp. 1-9.

César, C. J. (100 a.C. – 44 a.C.). (1986). *La guerra de las Gálias*. Barcelona: ORBIS.

Corominas, J.; Pascual, J. A. (1991). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico: volumen I*. Madrid: Editorial Gredos.

Coromines, J. (1992). *Diccionari Etimològic i complementari de la llengua catalana: volum II*. Barcelona: Curial Edicions Catalanes.

Durand, R. (1986). *Dictionnaire Latin Français*. 41 édition. Paris: Hachette.

Febvre, L. (1989). *Combates pela história*. Lisboa: Presença.

Frota, W. N.; Passiani, E. (2009). “Entre caminhos e fronteiras: a gênese do conceito de ‘campo literário’ em Pierre Bourdieu e sua recepção no Brasil”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 34, pp. 11-41.

Gargallo, J. E. (2013). *Etimología: campo*. Programa “Para todos la 2”, em 23 de maio de 2013. Disponible en: <<http://www.rtve.es/alcanta/videos/para-todos-la-2/para-todos-2-etimologia-campo/1833549/>>. Acesado: 12 feb. 2016.

Larousse. (2009). *Le Lexis: le Dictionnaire érudit de la langue française*. Paris: Larousse Editeur.

Lispector, C. (2008). “Brincar de Pensar”. En: Lispector, C. *A descoberta do mundo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Rocco. pp. 4-5.

Martín, A. Weissmann, W. (1997). *Diccionario Español-Portugués*. 5 ed. Barcelona: Editorial Juventud.

Momigliano, A. (1991). *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Munguía, S. S. (2001). *Nuevo diccionario etimológico Latín-Español y de las voces derivadas*. Bilbao: Universidad de Deusto.

Paoli, U. E. (2000). *Urbs: la vida en la Roma Antigua*. Barcelona: Iberia.

Patón, V. M. (2011). “Etimología (II): campos y estadios”. *Cuadernos de fútbol*, n. 20, s.p.

Pianigiani, O. (2008). “Càmpo”. En: Bonomi, F. (edit.). *Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana di Ottorino Pianigiani. Versione online, 2008*. Disponible en: <<http://www.etimo.it/?term=campo>>. Acesado: 10 mar. 2016.

Portella, O. (1984). “Vocabulário etimológico básico do acadêmico de Letras”. *Letras*, n. 33, pp. 103-119.

Real Academia de da Lengua Española. (2004). *Diccionario de la lengua española: vigésima segunda edición – 2001 (Tomo I)*. 2 reimp. Madrid: Editorial Espasa Calpes.

ReLePe. (2015). *Biblioteca Temática*. Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa. Disponible en: <<http://www.relepe.org/index.php/biblioteca-tematica>>. Acesado: 28 dec. 2015.

ReLePe. (2016). *Inicio*: Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa. Disponible en: <<http://www.relepe.org>>. Acesado: 10 jan. 2016.

Romizi, R. (2007). *Greco antico: vocabolario Greco Italiano etimologico e ragionato*. 3 ed. Bologna: Zanichelli Editore.

Stremel, S. (2016). *A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado). Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Tese. 315 f. Ponta Grossa.

Valenza, G. M. (2010). *De Lingva Latina, de Marco Terêncio Varrão: Tradução dos Livros VIII, IX e X*. Programa de Pós-graduação em Letras (Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Paraná-UFPR. Dissertação. 167f. Curitiba.

Terentivs Varro, M. (116 a.C. – 27 a.C.). *De Lingva Latina: Liber V*. Disponible en: <<http://www.thelatinlibrary.com/varro.html>>. Acesado: 10 mar. 2016.

Varandas, J. C. (2004). “A Guerra das Gálias”. *Boletim de Estudos Clássicos*, n. 42, pp. 239-245.

Wroblewski, E. (2006). “Noções básicas e primeiros passos: os Celtas”. *Revista Vernáculo*, n. 17/18, pp. 138-158.

Fernando Cesar Sossai

Professor do Departamento de História da Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE. Coordenador do Centro Memorial e do Laboratório de História Oral da UNIVILLE. Pesquisador integrante do Grupo Cidade, Cultura e Diferença nesta mesma Instituição. Doutorando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina-PPGE/UEDESC. Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES junto ao Grupo Subjectividades, visualidades y entornos educativos contemporâneos da Universidad de Barcelona-ESBRINA/UB.

APÊNDICE I

Sistematização da análise de conteúdo realizada a partir do exame de trabalhos acadêmicos da Biblioteca Temática da ReLePe

Tabela – Teses de doutorado

Título	Autor/a(s)	Ano public.	Termos sobre campo e política educacional	Principais autores acionados para elaborar o conceito de campo	Nível de aprofundamento da discussão conceitual sobre campo	Relação entre o conceito de campo e os demais conteúdos do trabalho
Epistemología de la política educativa. Una justificación teórica	Jesús Jiménez Martín	2003	Campo de conhecimento	Vários (destaque nas análises para os escritos de M. Puelles)	Alto	Sim
A pós-graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no nordeste do Brasil	Ana Lúcia Felix dos Santos	2008	Campo científico; campo científico e acadêmico; campo acadêmico sobre política educacional; campo acadêmico sobre política educacional (como subcampo da educação)	B. Gatti; B. S. Santos; M. A. Aguiar; J. M. L. Azevedo; N. Fairclough; P. Bourdieu; diversos outros/as	Alto	Sim
A produção acadêmico-científica sobre política educacional no GT - 5 da ANPED (2000 a 2009)	Armando de Castro Cerqueira Arosa	2013	Campo de pesquisa; campo empírico; campo científico; área de política educacional (como sinônimo de campo)	A. Gramsci; B. Charlot; Janete M. Azevedo; Marcia A. Aguiar; P. Bourdieu	Baixo	Não

A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil	Silvana Stremel	2016	Campo acadêmico da política educacional; campo da política educacional; considera “[...] os termos área e campo como similares” (p. 16)	A. L. F. Santos; B. Lingard; C. Suasnábar; E. Tenti Fanfani; J. M. L. Azevedo; M. A. Aguiar; M. Gómez Campo; M. Palamidesse; P. Bourdieu; S. J. Ball	Alto	Sim
---	-----------------	------	---	--	------	-----

Tabela – Artigos de anais de congresso

Título	Autor/a(s)	Ano public.	Termos sobre campo e política educacional	Principais autores acionados para elaborar o conceito de campo	Nível de aprofundamento da discussão conceitual sobre campo	Relação entre o conceito de campo e os demais conteúdos do trabalho
El surgimiento del campo de la política educativa en Argentina. Los casos de la UBA y la UNLP	Julieta Garcias Franco	2012	Campo intelectual; campo teórico; campo diferenciado	A. De Alba; C. Tello; P. Bourdieu	Baixo	Não
El campo de la política educativa en la dictadura Argentina. Los casos de la UBA y la UNLP	Silvia Mendonça	2012	Campo teórico; campo acadêmico	C. Tello; E. Tenti Fanfani; P. Bourdieu; V. Gómez Campo	Baixo	Não

Fontes para o estudo da constituição do campo da política educacional no Brasil	Silvana Stremel	2012	Campo da política educacional	C. Suasnábar; J. M. L. Azevedo; M. A. Aguiar; M. Palamidessi; P. Bourdieu	Médio	Não
Apontamentos sobre problemas, limitações e possibilidades na pesquisa em política educacional	Douglas Danilo Dittrich	2012	Campo político	J. Mainardes; P. Bourdieu	Médio	Sim
Pesquisa sobre política educacional: estudo sobre o GT5 da ANPED	Armando de Castro Cerqueira Arosa	2014	Campo educacional; campo mestiço	B. Charlot	Baixo	Não
Perspectivas epistemológicas da política educacional: a questão dos paradigmas e o problema do método	Altair Alberto Fávero; Carina Tonieto.	2014	Campo teórico	C. Tello	Médio	Sim
Fundamentos epistemológicos de nossa prática em pesquisa no campo da política educacional: o trabalho docente. abordagem a partir do materialismo histórico	María José Laurente; Ema Paula Penas	2014	Campo disciplinar	A. Gramsci; S. Morgenstern	Médio	Sim
Abordagens teórico-metodológicas em estudos de política educacional e discussões na RELEPE	Ozerina Victor de Oliveira	2014	Campo da política educacional	Nenhum	Baixo	Não

Los profesores Ghioldi y Cassani: precursores del campo de la política educativa en Argentina	Julieta Garcias Franco	2014	Campo teórico	C. Tello; J. Cassani	Baixo	Não
Teoria do discurso e conceito de campo: categorias para análise das políticas educacionais	Kátia Silva Cunha	2014	Campo da educação	B. Lahire; C. Mouffe; E. Laclau; M. Foucault; P. Bourdieu; T. Eagleton	Alto	Sim
A interface entre os estudos em políticas educacionais e de tecnologias da informação e Comunicação no contexto das Reuniões Anuais da ANPED e da RBPAAE (2000-2013)	Fernando C. Sossai; Carla C. Loureiro; Viviane Grimm	2014	Campo acadêmico; campo de estudos	C. Tello; P. Bourdieu	Médio	Sim

Tabela – Artigos de revista

Título	Autor/a(s)	Ano public.	Termos sobre campo e política educacional	Principais autores acionados para elaborar o conceito de campo	Nível de aprofundamento da discussão conceitual sobre campo	Relação entre o conceito de campo e os demais conteúdos do trabalho
A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED	Janete Maria Lins de Azevedo; Márcia Ângela	2001	Campo científico; campo de conhecimento; campo de produção intelectual	B. S. Santos; J. M. L. Azevedo; P. Bourdieu	Médio	Sim

	Aguiar		dos saberes sobre a política educacional no Brasil			
A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção	Benno Sander	2007	Campo de conhecimento; campo da administração educacional	P. Bourdieu	Baixo	Não
Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas	Jefferson Mainardes	2009	Campos das políticas educacionais	A. Gold; R. Bowe; R. A. W. Rhodes; D. Marsh; S. J. Ball; S. Taylor; G. Fulcher; P. Muller; Y. Surel; M. Olssen; J. Codd; A. M. O'Neill; B. Lingard; J. Ozga	Alto	Sim
A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico	Ana Lúcia Felix dos Santos; Janete Maria Lins de Azevedo	2009	Campo acadêmico; campo da pesquisa em política educacional; área da política educacional	B. Gatti; P. Bourdieu; J. M. L. Azevedo; M. A. Aguiar	Baixo	Sim
Las epistemologías de la política educativa en Latinoamérica: notas históricas y epistemológicas sobre el campo	César Tello	2012	Campo acadêmico; campo teórico	C. Tello; J. Gorostiaga; N. Isola; P. Bourdieu	Alto	Sim

Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa	César Tello	2012	Campo teórico; campo das epistemologias da política educacional	C. Tello; J. Mainardes; P. Bourdieu; S. J. Ball	Alto	Sim
Theory and texts of educational policy: possibilities and constraints	T. N. R. Gonçalves; E. X. Gomes; M. G. Alves; N. R. Azevedo	2012	Campo de conhecimento	G. Deleuze	Baixo	Não
La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y pos-estructuralista	César Tello; Jefferson Mainardes	2012	Campo de conhecimento em política educacional	C. Tello; J. Mainardes; S. J. Ball	Médio	Sim
La producción de conocimiento en política educacional: entre los nuevos modos de producción de conocimiento y el EEPE	César Tello	2013	Campo de pesquisa em política educacional; campo de estudos epistemológicos em política educacional	C. Tello; E. Tenti-Fanfani; J. Gorostiaga; J. Mainardes; P. Bourdieu	Alto	Sim
El campo teórico de la política educacional: modelos, abordajes y objetos de estudio	César Tello	2013	Campo teórico	C. Tello; M. Weber; P. Bourdieu	Alto	Sim
Pesquisas em políticas educacionais: considerações sobre questões epistemológicas e metodológicas	Giselle Abreu de Oliveira	2013	Campo de estudo; campo emergente	C. Tello; J. Mainardes; M. L. P. Almeida; S. J. Ball	Médio	Sim
Reflexiones sobre la Política de la Educación en	Manuel de Puelles	2013	Campo de	Nenhum	Baixo	Sim

España: una disciplina problemática	Benítez		conhecimento			
Análise das bases epistemológicas do campo teórico da política educacional	Elione Maria Nogueira Diógenes	2014	Campo de estudo da pesquisa social; campo teórico	C. P. A. Faria; M. S. O. Silva	Baixo	Não
Análise de limitações e possibilidades para as pesquisas sobre políticas educacionais, considerando as abordagens positivista, fenomenológica e materialista dialética	Giselle Abreu de Oliveira; Gabriel Humberto Muñoz Palafox	2014	Campo de estudo; campo emergente; campo em construção	C. Tello; C. Souza; G. Masson; M. L. P. Almeida	Médio	Sim
El surgimiento del campo de la política educativa en Argentina: los casos de las Universidades Nacionales de Buenos Aires y La Plata	Julieta Susana Garcias Franco	2014	Campo intelectual; campo teórico	C. Tello; P. Bourdieu	Baixo	Não
A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando?	Ângelo Ricardo de Souza	2014	Campo de pesquisa em política educacional	Nenhum (cita S. J. Ball e J. Mainardes ao mencionar caracté-ricas e metodológicas dos estudos em políticas educacionais)	Baixo	Não
Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações	Isabel Melero Bello; Márcia Aparecida Jacomini; Maria Angélica Pedra	2014	Campo de estudos; campo de conhecimento; campo de estudos e de pesquisas em políticas	A. Gramsci; B. Charlot; C. Tello; J. Mainardes	Baixo	Não

	Minhoto		educacionais; área de política educacional (como sinônimo de campo)			
The Theoretical Field of Education Policy: Characteristics, Objects of Study, and Mediations	César Tello	2014	Campo teórico; campo acadêmico	C. Tello; P. Bourdieu; S. J. Ball	Alto	Sim
El swarming como modelo analítico para pensar las políticas educativas	César Tello	2015	Campo teórico; campo de estudios epistemológicos de política educacional	C. Tello; J. Mainardes; S. J. Ball	Médio	Sim